DECRETO Nº 7.556, DE 4 DE JULHO DE 2024.

Institui a Comissão Especial de Avaliação de Bens Imóveis de propriedade ou de interesse do Município de Capanema e dá outras providências.

O Prefeito do Município de Capanema, Estado do Paraná, no uso de suas atribuições legais, com fundamento no art. 123, inciso X e no art. 15, inciso I, ambos da Lei Orgânica Municipal, no art. 2°, inciso II, da Lei Municipal n° 1.745/2020 e no art. 18 da Lei Municipal n° 850/2000 - Código Tributário Municipal,

DECRETA:

- **Art. 1º** Institui-se a Comissão Especial de Avaliação de Bens Imóveis de propriedade ou de interesse do Município de Capanema, a qual será composta por 7 (sete) membros e terá por objetivo a realização de avaliação de bens imóveis de propriedade do Município de Capanema ou de particulares, para fins de alienação, aquisição, doação, desapropriação, permuta, dação em pagamento, adjudicação, entre outros.
- § 1º A Comissão Especial de Avaliação de Bens Imóveis do Município de Capanema é composta pelos seguintes membros:
 - I Gilmar Gobato, Secretário Municipal de Administração;
 - II Édina Luciane Escher Sott, Chefe do Departamento de Tributação;
 - III Celso Luiz Cavaglier Wolf, Analista Patrimonial;
 - IV Adriel Junior Bazzanella, Imobiliária Bazzanella;
 - V Eliane Marisa Mesomo, Corretora de Imóveis;
 - VI Rubens Luis Rolando Souza, Engenheiro Civil;
- § 2º A Comissão Especial de Avaliação de Bens Imóveis será presidida pelo membro indicado no inciso I do § 1º deste artigo.
- § 3º Os serviços prestados pela Comissão serão gratuitos e considerados de relevante interesse público.
- **Art. 2º** A Comissão Especial de Avaliação de Bens Imóveis realizará a avaliação dos bens imóveis indicados pelo Presidente da Comissão ou pelo Chefe do Poder Executivo.

Parágrafo único. O Presidente da Comissão convocará seus membros para as reuniões com antecedência mínima de 3 (três) dias, da data prevista para a reunião.

- **Art. 3º** A Comissão Especial de Avaliação de Bens Imóveis deverá, para atingir aos seus objetivos, exercer as seguintes atividades básicas:
 - I pesquisar e analisar o mercado imobiliário local e regional;
- II acompanhar sistematicamente as mudança físicas e conjunturais que influenciam no valor venal dos imóveis;
 - III pesquisar e desenvolver métodos de avaliação dos imóveis;



- IV requerer dos órgãos integrantes da Administração Municipal, direta ou indireta, todas as informações necessárias à concepção de seus objetivos, que lhe serão fornecidos com presteza e exatidão;
- V seguir as normas técnicas de avaliação previstas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas - ABNT e pelo Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura - CREA;
- VI avaliar os bens imóveis pertencentes ao patrimônio público municipal, passíveis de alienação, doação ou permuta;
- VII avaliar os imóveis particulares para todas as formas de aquisição pelo Poder Público Municipal;
- VIII analisar, homologar ou rejeitar avaliações de bens imóveis realizada por avaliadores e corretores de imóveis;
- IX avaliar as áreas remanescentes de obra pública ou resultantes de modificação de alinhamento.
- **Art. 4º** Os laudos de avaliação dos bens imóveis deverão ser elaborados pela Comissão Especial de Avaliação de Bens Imóveis e entregues no prazo máximo de 20 (vinte) dias após a data de recebimento da requisição.
 - § 1º Caso haja urgência motivada da deliberação, o prazo será de 5 (cinco) dias úteis.
 - § 2º Caso haja divergência entre os membros, prevalecerá o que for decidido pela maioria.
- § 3º Se não houver maioria bem definida, a decisão será do Presidente, de modo fundamentado.
 - § 4º Os encontros da Comissão serão lavrados em ata.
- § 5º Cabe ao Presidente da Comissão a condução dos trabalhos e zelar pela regularidade do procedimento de avaliação.
 - § 6º Todos os membros da Comissão devem fundamentar suas manifestações.
- **Art. 5º** Este decreto entra em vigor na data de sua publicação, revogando-se as disposições em contrário, especialmente o Decreto nº 7.270/2023.

Gabinete do Prefeito do Município de Capanema, Estado do Paraná: Cidade da Rodovia Ecológica - Estrada Parque Caminho do Colono, ao dia 4 de julho de 2024.

Américo Bellé

Prefeito Municipal